

Terrorismo e Opinião pública: Fontes Oficiais na Cobertura do Ataque de Paris no Jornal Folha de S. Paulo¹

Lilian Ribeiro SANCHES²
Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

O presente artigo visa analisar a relação entre o uso de fontes oficiais e a construção da opinião pública na cobertura de eventos terroristas, considerando como estudo de caso o ataque ocorrido na cidade francesa de Paris em novembro de 2015. Com base nas matérias publicadas no caderno especial da Folha de S.Paulo no dia posterior ao acontecimento, será possível evidenciar como a escolha e disposição de fontes na elaboração das matérias contribui para reforçar os discursos oficiais de modo cíclico, sistematizando a homogeneidade informativa nos processos comunicacionais.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo internacional; opinião pública; ataque Paris 2015.

INTRODUÇÃO

Ataques terroristas preenchem os critérios de noticiabilidade em veículos de comunicação do mundo inteiro, o que evidencia o forte apelo midiático deste tipo de acontecimento. O presente artigo visa esmiuçar a relação entre a construção da opinião pública e o predomínio das fontes oficiais na cobertura dos ataques de Paris, ocorridos no dia 13 de novembro de 2015. Considerado o evento terrorista mais violento da história francesa desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a sequência de atentados vitimou 550 pessoas, com 137 mortos e 413 feridos, segundo dados do START³.

As premissas teóricas postuladas por Bardin (2009) norteiam este artigo no que concerne a análise de conteúdo, ao passo que os conceitos sobre opinião pública, jornalismo internacional e fontes jornalísticas serão abordados de acordo com o pensamento dos autores Lippmann (1922) e Habermas (1997), McCombs (2009) e Natali (2007), Lage (2005) e Pena (2005), respectivamente.

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Mestranda em Processos Comunicacionais da UMEP, e-mail: liliansanchesr@gmail.com.

³ Consórcio formado por universidades e instituições de pesquisa, referência em informações sobre terrorismo no mundo.

Para fins práticos de desenvolvimento, foi examinada a edição nº 31.636 do jornal A Folha de S.Paulo; especificamente, o caderno especial dedicado à cobertura dos ataques e publicado em 14 de novembro de 2015.

Fundada em 1921, a Folha de S. Paulo foi escolhida por ser o maior jornal de circulação paga do Brasil, segundo dados angariados pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC) e disponibilizados pela Associação Nacional de Jornais (ANJ). A média de circulação no acumulado de 2017 registrou 313.848 exemplares/dia.

OPINIÃO PÚBLICA

Considerado o precursor nos estudos sobre opinião pública, Walter Lippmann estabeleceu o nexos causal entre mídia e opinião em 1922, com a publicação do livro intitulado "Opinião pública". As premissas postuladas na obra se mantêm como referenciais teóricos para diversos autores relevantes, como os norte-americanos Maxwell McCombs e Donald Shaw, que desenvolveram a hipótese do agendamento, em 1972, com base nas ideias de Lippmann acerca da relação da imprensa e a construção da opinião pública.

Por meio de diversos estudos de caso, McCombs e Shaw apontaram como a salientação – que seria a principal função da mídia – atua para a formatação da relevância de determinado assunto na opinião pública e, conseqüentemente, no cenário político, o qual, por sua vez, reage à opinião pública. Este conceito permeia o primeiro e célebre capítulo da obra de Lippmann (1922) – “O mundo exterior e as imagens em nossas cabeças” –, que pode ser sintetizado com a frase: "para serem adequadas, as opiniões públicas precisam ser organizadas para a imprensa e não pela imprensa, como é o caso de hoje" (Idem, p. 37).

Inspirado pelo conceito de existência humana de Hanna Arendt, o filósofo alemão Jürgen Habermas buscou os estudos históricos da polis grega para postular seu conceito de esfera pública, considerada uma dimensão mediadora entre a sociedade e o estado. Esta atuação possibilita, em última instância, a formação da opinião pública, que, para o autor, só pode existir de fato se o acesso aos direitos de liberdade de expressão, reunião e associação for garantido a todos os cidadãos. Desta forma, haveria possibilidades para a emancipação humana na esfera pública por meio da ideia central de racionalidade comunicativa.

Paradoxalmente, o trabalho desenvolvido por Habermas neste campo influenciou diversos teóricos, mas, também foi objeto de diversas críticas ao longo dos anos. Em "O império do Efêmero" (1989), Lipovetsky questiona a concepção de que o "pronto-para-consumir midiático" funcionaria como instrumento de redução da capacidade de fazer uso crítico da razão, conceito que considera elitista-intelectualista, pois subentende que:

o que diverte não poderia educar o espírito, o que distrai só pode desencadear atitudes estereotipadas, o que é consumido só pode opor-se à comunicação racional, o que seduz a massa só pode engendrar opiniões irracionais, o que é fácil e programado só pode produzir o assentimento passivo. (LIPOVETSKY, 1989)

Outro crítico de Habermas, Schudson (1995) rejeita parcialmente o conceito de esfera pública, classificando a mídia como uma esfera de governo e alegando que há uma linha tênue que divide o Estado e a imprensa privada.

As críticas proferidas por estes e demais estudiosos, que “reduziram o modelo habermasiano ao aspecto dialógico, com base na comunicação interpessoal, julgando-o ultrapassado pela complexidade da comunicação contemporânea” (BARROS, 2008), contribuíram para que Habermas apresentasse revisões dos conceitos referentes à esfera e opinião pública.

Assim, o filósofo alemão passou a considerar a esfera pública como uma rede complexa e interativa – que pode ser internacional, nacional, regional ou local – para a disseminação de conteúdos, na qual a formação de opiniões referentes a temáticas de interesse comum é dualística. A esfera pública deixa de ser considerada como o conjunto de indivíduos que compõem o público e, então, a opinião pública evolui para o fruto de uma prática comunicacional que racionalizou argumentos e contra-argumentos, influenciando o sistema político vigente (HABERMAS, 1997).

Nos materiais que postularam a teoria do agir comunicativo, Habermas (1981) já renunciava o conceito de que os meios de comunicação operam apenas com o objetivo de reproduzir a estrutura social vigente. A partir de então, o autor identifica um espaço comunicacional mais abrangente, conferindo a ambiguidade do papel social da mídia. Ao longo da revisão conceitual, três categorias de esfera pública foram delimitadas, uma delas caracterizada por ser produzida midiaticamente. Na esfera pública abstrata, a imprensa atua, conectando públicos e os unindo geograficamente. Habermas (1997) “reconhece que a agenda ou o conteúdo da mídia são conduzidos por atores

institucionais poderosos e estão quase inacessíveis a atores coletivos de fora do sistema político ou que não pertencem a grandes corporações” (BARROS, 2008).

JORNALISMO INTERNACIONAL

Uma das diversas variações da prática profissional, o jornalismo internacional tem por essência cobrir acontecimentos noticiosos nas mais variadas partes do globo, sendo fonte de informação para a maioria da população local. De acordo com a pesquisa conduzida por McCombs (2009), o conhecimento da população sobre assuntos internacionais – geopolíticos ou culturais – está intimamente condicionado à veiculação jornalística, devido ao fluxo restrito de acesso a este tipo de informação por meio de outras fontes.

Durante o período de 20 anos nos Estados Unidos, 1981-2000, a saliência dos assuntos internacionais no público americano esteve significativamente correlacionada (+0,38) com o número de matérias sobre assuntos internacionais publicadas no New York Times. (McCOMBS, 2009, p.31-32).

João Batista Natali (2007, p. 23) afirma que o próprio jornalismo já nasceu internacional, tendo em vista que os primeiros veículos de imprensa tinham como principal função informar sobre fatos de países estrangeiros. O autor também argumenta que, diferentemente do que muitos creem, o jornalismo internacional não teve início no século XIX, mas sim que este foi um importante período de crescimento para a editoria (NATALI, 2007. p 22).

Ainda de acordo com Natali (2007), quatro temáticas são consideradas recorrentes e relevantes para o noticiário internacional: eleições, guerras e conflitos, epidemias e tragédias inesperadas. Já para Wainberg (2005), a violência terrorista é um dos assuntos de mais repercussão na editoria, exemplificada pelos dois objetos de estudo deste artigo.

Além dos quatro temas recorrentes, os valores/notícia estabelecidos por Mauro Wolf (1985) – conteúdo, disponibilidade de material, público e à concorrência – e os critérios definidos por Adriano Duarte Rodrigues (1999) – relacionados ao excesso, falha, inversão e meta-acontecimentos – também são aplicados na prática do jornalismo internacional.

Juarez Bahia (1990) afirma que “grande parte da credibilidade de um jornalista ou de um veículo repousa no uso que ele faz das suas fontes na elaboração das notícias”.

O conceito se aplica ao jornalismo internacional e, mais especificamente, à cobertura de eventos terroristas.

O teórico Nilson Lage (2005) argumenta que, mesmo em eventos nacionais, poucas matérias originam-se integralmente da observação direta, sendo que:

A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público. **São o que se chama de fontes.** É tarefa comum dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas. (LAGE, 2005, p.49)

Defensor da hipótese da "revolução das fontes", o luso-brasileiro Manuel Carlos Chaparro argumenta que o jornalismo transferiu o foco das redações para as fontes, conferindo a elas poder para desenvolver conteúdos com atributos de notícia, além de produzirem fatos. Para o teórico, este processo é capaz de influenciar os sistemas e dinâmicas jornalísticas.

No livro "A reportagem" (2001), Nilson Lage introduz sua classificação de fontes, conceituando três categorias: tipos (pessoas, instituições e documentos), formas (oficiais e oficiosas) e atributos (testemunhais e experts).

O conceito de fonte oficial encontra consenso entre os estudiosos da comunicação no que concerne a definição referente ao caráter institucional. São fontes mantidas e/ou representadas pelo Estado, organizações públicas com ou sem fins lucrativos.

Para Machado (2002), a evidente preferência por fontes oficiais pode ser explicada pela confiança na obtenção de dados fidedignos, que seriam respaldados pelo exercício de função pública. Já para Pena (2005), as fontes oficiais – apesar de muitas vezes deterem o monopólio da informação e, por este motivo – tendem a preservar interesses. De modo mais enfático, Lage (2005) corrobora, afirmando que estas fontes podem até deturpar a realidade com o intuito de beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância e até disputas de poder.

ANÁLISE DE CONTEÚDO

Com a popularização das redes digitais, os jornalistas passaram a contar com uma quantidade quase inesgotável de informações acessíveis para pesquisas de contextualização e processos de apuração factuais. Entretanto, o aumento da oferta de

dados e o acesso a múltiplas fontes não afetou de modo conceitual a estrutura considerada para a construção noticiosa, especificamente, também, no que diz respeito à cobertura de eventos terroristas. Informações e declarações provenientes de fontes oficiais ainda são predominantes, suprimindo o espaço para a disseminação de vozes plurais e o debate acerca do tema, conforme ilustra a análise presente neste artigo.

Veiculada no dia seguinte aos atentados de Paris, a edição nº 31.636 da Folha de S.Paulo destaca os acontecimentos da noite anterior na chamada de capa, além de trazer um caderno especial de seis páginas, composto por 11 matérias, 16 imagens e dois infográficos. Ao longo das reportagens, publicadas na referida edição do dia 14 de novembro de 2015, foram contabilizadas menções diretas à 57 fontes, sendo que 31 podem ser consideradas oficiais, 23 testemunhais e duas analíticas, de acordo com conceitos teóricos comunicacionais já definidos neste trabalho.

Na chamada de capa, as duas únicas fontes citadas são oficiais: o então presidente francês François Hollande e o termo generalista “autoridades”, largamente empregado em situações de conflito e impregnado de valores simbólicos, implicitamente ligados a estrutura de poder do Estado. Já na parte inferior da primeira página, a chamada para a matéria "Música de show abafou som de tiros" menciona informações de uma testemunha, sem identificação nominal.

PARIS SOB ATAQUE

Explosões e tiros coordenados matam ao menos 153 em Paris

★ ATENTADO TERRORISTA É O PIOR NO OCIDENTE EM UMA DÉCADA ★ PRESIDENTE DA FRANÇA DECRETA EMERGÊNCIA E FECHA FRONTEIRAS ★ NENHUM GRUPO REIVINDICOU ATOS ★ HÁ 2 BRASILEIROS FERIDOS

Uma série de ataques coordenados em Paris deixou ao menos 153 mortos e dezenas de feridos na noite desta sexta (13). Houve tiroteios e explosões em sete pontos da cidade. No pior deles, três terroristas mataram cerca de cem pessoas na casa de shows Bataclan.

Nenhum grupo reivindicou a ação terrorista, a maior no Ocidente em uma década e o ato mais violento a atingir a França desde a Segunda Guerra (1939-1945).

O presidente francês, François Hollande, decretou estado de emergência e fechou fronteiras. “É um horror”, disse ele, retirado às pressas de um estádio de futebol — três morreram na explosão de bombas no entorno do local durante jogo entre França e Alemanha.

Autoridades pediram que as pessoas fiquem em casa e 1.500 militares foram para as ruas da cidade. Dois brasileiros ficaram feridos, um deles gravemente.

Um terrorista abriu fogo em um restaurante localizado no mesmo bairro da sede do jornal “Charlie Hebdo”, alvo de atentado em janeiro que deixou 12 mortos.

Os ataques em Paris ocorreram no mesmo dia em que os EUA anunciaram a morte de um dos principais líderes da facção Estado Islâmico. Não havia, até a conclusão desta edição, nenhuma informação que vinculasse os atos a uma possível retaliação. Caderno especial



Fonte: Acervo/Folha de S.Paulo

Figura 2

Música de show abafou som de tiros

Local do atentado mais fatal, com ao menos cem mortos, a casa de espetáculos Bataclan recebia um show da banda americana Eagles of Death Metal quando foi tomada por três terroristas.

“No começo, ninguém percebeu os tiros, porque a música continuava”, afirmou uma testemunha.

Os terroristas foram mortos em ação da polícia, que invadiu o local. Pág. 6

Fonte: Acervo/Folha de S.Paulo

A diagramação do caderno especial conta com uma testeira padronizada que destaca citações e relatos. Na página B02, há aspas de François Hollande e Barack Obama, seguidas, na folha B03, por declarações de Dilma Rousseff e Nicolas Sarkozy, ex-presidente francês. As fontes oficiais foram, notadamente, dispostas nas primeiras páginas do caderno em posição de destaque se comparadas com as fontes testemunhais que aparecem nas folhas finais.

Figura 3

2 especial ★ ★ ★ SÁBADO, 14 DE NOVEMBRO DE 2015

PARIS SOB ATAQUE

“ Diante do terror, a força tem que ser grande, e as autoridades do Estado têm que ser firmes. Sabemos quem são os criminosos e quem são esses terroristas
FRANÇOIS HOLLANDE, presidente da França

“ Estamos prontos para levar a nossa ajuda ao povo francês
BARACK OBAMA, presidente dos EUA

Fonte: Acervo/Folha de S.Paulo

O status diferenciado conferido às fontes oficiais está arraigado na prática jornalística e também na opinião pública. Os profissionais aprendem – tanto nas universidades quanto nas redações – a associar a credibilidade de uma fonte à sua posição hierárquica, o que, segundo Tuchman (1993) faz com que a notícia se apoie e, ao mesmo tempo, reproduza as estruturas institucionais de poder. O autor aponta ainda que, em casos de conflitos como guerras e atos terroristas, a imprensa precisa da colaboração das fontes oficiais governamentais para realizar a cobertura dos fatos, o que, em consequência, faz com que os relatos reproduzam – em maior ou menor grau,

dependendo da política editorial dos veículos – os pontos de vista de quem concede as informações até então confidenciais.

Considerado como autoridade máxima de um país, o presidente é representado social e midiaticamente como uma figura de grande poder decisório, principalmente em situações em que há ameaça à segurança pública. Composta por 16 parágrafos e dois boxes, a matéria "Hollande declara emergência e fecha fronteiras da França" ocupa um quarto da segunda página do caderno especial, sendo inteiramente confeccionada com base apenas em informações creditadas ao então presidente francês e as “autoridades” ligadas ao Estado francês.

Figura 4

Hollande declara emergência e fecha fronteiras da França

Presidente diz que ataques são horror ‘sem precedente’ e afirma haver operações em curso contra suspeitos

Prefeitura e polícia pedem que moradores permaneçam em casa; TVs locais retratam perplexidade e tensão

CINTIA CARDOSO
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DE PARIS

Depois dos ataques que deixaram dezenas de mortos em Paris, o presidente da França, François Hollande, anunciou “estado de emergência” em todo o país.

Segundo o chefe de Estado francês, a decisão é uma resposta a “ataques terroristas sem precedentes”.

A medida significa o fechamento das fronteiras, poderes especiais para a polícia realizar investigações e operações de busca e limitação da circulação em pontos determinados pelas autoridades em toda a França.

De acordo com o presidente, “o fechamento das fronteiras foi decidido para que as pessoas que cometeram esse crime possam ser detidas”. “Sabemos de onde veio esse ataque. Temos que mostrar compaixão e solidariedade, mas temos também que mostrar união”, disse Hollande.

Em um pronunciamento de cinco minutos com a voz algo trêmula pouco antes da meia-noite (21h em Brasília), o presidente francês disse que os atentados desta sexta (13) foram “um horror”, mas que a França não se deixaria intimidar.

“Frente ao terror, a força tem que ser grande e as autoridades do Estado têm que ser firmes”. Antes de encerrar seu breve discurso, Hollande ressaltou: “Sabemos quem são os criminosos e quem são

esses terroristas” e acrescentou que “operações delicadas” contra o terrorismo ainda estavam em andamento. Antecipando-se às medidas do estado de emergência anunciado pelo presidente, a Prefeitura de Paris pediu que os moradores da capital permanecessem em casa na noite de ontem.

A mesma recomendação foi feita pelo alto comando da polícia parisiense.

FRANÇA EM GUERRA

O estado de emergência no país foi interpretado pela mídia francesa como um declaração de guerra.

A imprensa também destacou que os ataques desta sexta-feira aumentam a preocupação com a segurança da COP21, Conferência Mundial sobre o Clima, que acontece

entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro na cidade.

A reunião de cúpula pretende reunir 40 mil participantes de 196 países.

Às 23h no horário local (20h em Brasília), o clima ainda era de perplexidade com a dimensão dos ataques. As redes sociais se tornaram os principais canais de informação –em tempo real– da ação dos criminosos.

Em entrevista ao site do jornal “Le Figaro”, um espectador que assistia a um concerto na casa de show Bataclan declarou ter visto dois homens armados e vestidos “normalmente” entrarem e atirarem no salão.

Ao canal de televisão BFM, uma testemunha presente no mesmo local disse que um dos atiradores gritou: “É pela Síria!”, referindo-se à guerra de quatro anos no país árabe na qual a França apoia as forças americanas, antes de disparar contra a plateia.

Pelo Twitter, fotos dos pontos atingidos pelos ataques foram partilhadas por internautas. E, a exemplo da hashtag #jesuisCharlie lançada após o atentado contra a redação do jornal satírico Charlie Hebdo, em janeiro deste ano, a hashtag #PrayForParis (orem por Paris) começou a circular durante a noite.

Por medida de segurança, por volta de meia-noite e meia, hora local, as televisões interromperam as transmissões ao vivo dos arredores da casa de shows Bataclan, que pouco depois seria invadida pela polícia.

Durante os ataques de janeiro, alguns canais foram duramente criticados pelas autoridades francesas por se mearem o pânico e atrapalharem a ação policial.

MEDIDAS DE SEGURANÇA

ESTADO DE EMERGÊNCIA

Regime de exceção declarado quando há “perigo iminente devido a ameaças graves à ordem pública”. Surgiu em 1955, durante a Guerra da Argélia. Dura até 12 dias. O último foi decretado em 2005, por Jacques Chirac, durante onda de violência na periferia de Paris.

CONTROLE DAS FRONTEIRAS

Restabelece, em diferentes graus, a fiscalização extinta nos 26 países que ratificaram o acordo de Schengen. É previsto quando há “ameaça grave à ordem pública e à segurança interna”, por 30 dias no máximo.

Fonte: Acervo/Folha de S.Paulo

Com o intuito de contextualizar o acontecimento ao público nacional, o jornal publicou uma nota de canto de página com as declarações da cónsul-geral acerca das vítimas brasileiras. Na sequência, após o intertítulo "DILMA", o veículo cita, logo no primeiro parágrafo, a declaração que a então presidente Dilma Rousseff publicou em sua conta oficial do Twitter, seguida por informações contidas em nota oficial divulgada pelo Itamaraty. O breve espaço destinado às autoridades brasileiras pode ser explicado pela suposição de experiência colateral⁴ do leitor, em nível avançado, em consequência do amplo uso das plataformas e redes digitais no país.

Figura 5

DILMA

Em sua conta no **Twitter**, a presidente Dilma Rousseff repudiou a "barbárie terrorista". "Consternada pela barbárie terrorista, expresso meu repúdio à violência e manifesto minha solidariedade ao povo e ao governo francês", escreveu a presidente.

O Itamaraty também divulgou nota na qual o governo brasileiro manifestava "profunda consternação" pela série de "atentados bárbaros".

"Ao mesmo tempo em que transmite suas condolências aos familiares das vítimas e empenha sua plena solidariedade ao povo francês e ao governo da França, o Brasil condena os ataques nos mais fortes termos e reitera seu firme repúdio a qualquer forma de terrorismo, qualquer que seja sua motivação", diz o texto.

Fonte: Acervo/Folha de S.Paulo

As primeiras páginas do caderno especial reúnem as matérias produzidas com base no discurso e fontes oficiais, ao passo que os relatos testemunhais e declarações de vítimas se concentram nas últimas folhas do caderno, reforçando o destaque e visibilidade conferidos às fontes oficiais.

⁴ Conceito pertencente à semiótica peirceana, a experiência colateral refere-se à familiaridade de cada interpretante com o objeto em questão. Nos processos de comunicação jornalísticos, esta definição contempla o discurso narrativo em que se presume um conhecimento prévio do leitor acerca do assunto a ser noticiado (CARA, 2016).

Na penúltima página, encontra-se apenas matérias baseadas em informações obtidas por meio de entrevistas com vítimas e testemunhas. A maior delas, a reportagem "Alvos são locais favoritos de parisienses" reúne declarações de 10 fontes, entre brasileiros, parisienses, vítimas, transeuntes e moradores das regiões onde ocorreram os ataques.

Figura 6

Alvos são locais favoritos de parisienses

Atentado ocorreu em área entre Belleville e a place de la République, onde jovens de Paris saem para noitadas

Clima era de tensão em meio a cordões de isolamento; amigos que estavam em casa de shows narram drama

LUCAS NEVES
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DE PARIS

Nas primeiras horas após a série de tiroteios em Paris na sexta (13), a região em torno de dois dos locais que foram alvo de ataques era tomado por cordões de isolamento, policiais, ambulâncias e militares fortemente armados. Ao menos 5 das 14 linhas de metrô da cidade foram fechadas temporariamente.

Alguns se agrupavam em bares, diante de televisores ligados em canais de notícias. Outros buscavam informações no celular, com interlocutores ou em redes sociais.

Pessoas que tentavam voltar para casa ou saber de parentes e amigos sitiados na



tavam dentro do Bataclan quando os ataques ocorreram. Ficaram entre duas e três horas escondidos na casa de show à espera de resgate. Gregoire e Thomas se refugiaram em um camarim, e Thomas, no topo do prédio. "Eram muitos corpos. Tentei não olhar, mas era impossível não ver. Até porque tivemos que passar pelos corpos até a saída", diz Gregoire.

Uma jovem que estava descendo a rua que dá acesso ao restaurante cambiano para ir para casa disse à reportagem ter visto um homem atirar "centenas de vezes" de dentro de um carro, na direção do estabelecimento.

"Todo mundo se jogou no chão. Visete pessoas mortas", disse ela, que não quis se identificar. Segundo a jovem, a polícia chegou ao local em menos de dez minutos.

A estudante de jornalismo Laura Wojcik, chegou aos arredores menos de uma hora depois do ocorrido e disse ter

Fonte: Acervo/Folha de S.Paulo

Em todo o caderno, duas fontes especialistas são mencionadas e se encontram reunidas na mesma matéria, que tem como título "Atentado pode ser retaliação a ataque na Síria" e está diagramada no canto inferior da página B04. No primeiro parágrafo, há informações creditadas genericamente a "analistas", posteriormente, é citado como fonte o professor de relações internacionais da ESPM, Heni Ozi Cukier.

No que diz respeito a reportagens analíticas produzidas pelo próprio jornal, há apenas uma. Assinada por Igor Gielow, diretor da sucursal de Folha de S.Paulo em Brasília, a única análise do caderno está disposta na última página, sinalizada como tal por meio da diagramação, conforme a imagem abaixo:

Figura 7

ANÁLISE

Ataques mostram fracasso de esquema de segurança de Paris

IGOR GIELOW
DIRETOR DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Poucos meses depois dos ataques contra o jornal satírico "Charlie Hebdo", o terror voltou com força multiplicada a Paris. As características da ação, coordenada e envolvendo pelos primeiros relatos armamento pesado e explosivos, demonstra o fracasso do esquema de reforço no policiamento da capital francesa. Ao longo do ano, turistas

contornavam grupos de soldados do Exército com fuzis em frente a pontos sensíveis, como as sinagogas e lojas judaicas do tradicional bairro do Marais, além de todas as diversas atrações parisienses. Nesta sexta (13), uma das ações ocorreu justamente em um restaurante não distante da Redação do "Charlie".

Este texto é escrito sem confirmações de autoria, mas todos os sinais iniciais indicam o tipo de terrorismo que

emergiu com a Al Qaeda, a rede fundada por Osama bin Laden: coordenação, alvos que simbolizam o que o jihadismo vê como a decadência ocidental (restaurantes, boates, eventos de massa) e um senso de espetacularização da violência.

Naturalmente, a pergunta central será sobre o envolvimento da facção Estado Islâmico, que domina porções consideráveis da Síria e do Iraque e que está sob fogo do

Ocidente e da Rússia. Até aqui, o grupo parecia mais inspirar do que efetivamente organizar ataques fora de seus domínios.

Ao assumir como obra de um grupo afiliado seu a derubada de um Airbus russo sobre o Sinai, no fim de outubro, o EI assustou o mundo com a possibilidade de expandir seu terror para os chamados "soft targets": turistas e indústria que eles movem, basicamente.

Assim como acontecia com a Al Qaeda, a dificuldade central de vigilância enfrentada pelos governos se dá pelo fato da horizontalidade desse tipo de ação. Qualquer maluco pode alegar ser egresso de uma "célula dormente" do EI, é fato, mas o que os ataques de Paris sugerem é algo completamente diferente.

Tudo isso, claro, precisa passar pelo crivo de investigações que começaram há poucas horas. Mas parece

insinuar uma escalada que o Ocidente já viu antes, na esteira dos ataques do 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos.

A proximidade da COP-21, a reunião sobre o clima que levará diversos chefes de Estado a Paris, apenas agrava essa perspectiva.

Há algumas semanas, diplomatas franceses em Brasília comentavam sobre as medidas extremas de segurança que iriam ser tomadas para evitar ataques durante a reunião, que pareciam bem draconianas. Deverão ser duplicadas agora.

Fonte: Acervo/Folha de S.Paulo

A partir dos exemplos acima, é possível observar os múltiplos tipos de dominação definidos por Weber (1999) no jornalismo em seu papel como ator social. Consideradas as mais recorrentes, a dominação legal e racional é reforçada todas as vezes que uma fonte oficial – chamada pelo autor de autoridade institucional – ou um especialista tem a oportunidade de disseminar seu discurso em um texto jornalístico. Joncew (2005) dilata esta ideia, afirmando que a estrutura de poder é refletida no status conferido à fonte, que, quanto mais elitizada, maior influência terá sobre os critérios de noticiabilidade. "As fontes exemplificam a força da 'estrutura do poder da sociedade', pois emanam dela. Representam autoridades política, econômica ou cognitiva" (JONCEW, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização deste estudo, é possível constatar prontamente que as fontes oficiais ocuparam posição de visível destaque na cobertura dos ataques de Paris pela edição impressa do jornal A Folha de S.Paulo. Diversos autores (LAGE, PENA) argumentam que a arraigada preferência de jornalistas e editores pelas informações e relatos creditados a fontes oficiais confere ao jornalismo um caráter "informativo e não formativo, transformando a imprensa em porta-voz da estrutura dominante" (JONCEW, 2005).

Esta sistematização da hegemonia discursiva propagada pelo uso de fontes oficiais se relaciona de modo complexo com o papel social do jornalismo, especialmente no que concerne o debate de ideias divergentes e os efeitos da

disseminação de conteúdo sobre a opinião pública. Para Lage (2003), o poder de influência das fontes sobre a construção da opinião pública é tão significativo que afeta até mesmo a percepção da realidade, "que não é tarefa de um homem só, começa exatamente no nível da fonte, que formula uma primeira representação que será levada adiante" pelo receptor.

A representação midiática dos acontecimentos e a propagação cíclica de discursos homogêneos são constituídos de forma sutil. Além da predominância das mensagens oficiais, todas as 57 fontes – oficiais e oficiosas – identificadas no caderno especial da Folha de S.Paulo são provenientes de países ocidentais; fato alarmante no contexto específico deste estudo de caso que lida com conceitos e representações que extrapolam a temática do terrorismo. No que concerne à construção da opinião pública, é necessário observar a rarefação das vozes representativas presentes na mídia, bem como os sujeitos e instituições legitimadas para produzir textos informativos e, principalmente, analíticos sobre eventos terroristas.

Nesta análise, observa-se que todos os textos publicados foram assinados por correspondentes e jornalistas do próprio veículo, incluindo a única matéria analítica do caderno especial. Esta decisão editorial eliminou o espaço para a exposição de pontos de vista plurais e, conseqüentemente, a oportunidade de interpretações diversas que contribuiriam para a construção da opinião pública.

Ademais, é necessário considerar que o ineditismo do impresso foi minado pela velocidade das publicações nas plataformas digitais dos próprios veículos, gerando uma experiência colateral sem precedentes, o que, de acordo com Santaella (1996), leva o público a "buscar o jornal impresso do dia seguinte na expectativa de encontrar nele esclarecimentos e maior detalhamento analítico e interpretativo" (SANTAELLA, 1996, p.38). Entretanto, nota-se no caderno especial publicado no dia seguinte aos atentados de Paris a prevalência de matérias factuais com base em informações oficiais em detrimento às esperadas reportagens aprofundadas. Assim, é possível relacionar a força da noticiabilidade do discurso oficial frente a contextualização analítica dentro do sistema de produção de conteúdo da imprensa tradicional.

Segundo o pensamento de Bourdieu (1987), "o sistema de produção e circulação de bens simbólicos compreende o sistema de relações objetivas entre diferentes instâncias, definidas pela função que cumprem na divisão do trabalho de produção, de reprodução e de difusão de bens simbólicos". Com base na ideia do sociólogo francês, é

possível concluir que um bem simbólico também pode englobar qualquer mensagem que abarque a presença de um enunciador com interesses a serem defendidos, como é o caso das fontes, cuja presença e visibilidade na mídia espelham os jogos de poder da estrutura vigente (JONCEW, 2005).

Mesmo com o advento de novas plataformas que alteraram o paradigma de tempo e espaço, ainda é possível aplicar, de forma contextualizada, a teoria do agendamento – concebida por McCombs e Shaw na década de 1970 – no que diz respeito a relação entre às escolhas jornalísticas e a opinião pública.

Com base em amplo estudo conduzido em 2013, Shehata e Strömbäck encontraram forte evidência de que o conteúdo publicado pela mídia tradicional ainda exerce grande influência na construção da opinião pública (2013, p. 250). As especificidades da cobertura de eventos terroristas fazem ainda com que as agências de notícias e grandes veículos de comunicação detenham o monopólio informativo, o que restringe ainda mais a pluralidade de fontes e influência da imprensa tradicional acerca do assunto.

Com base na análise de conteúdo, este artigo visou reunir apontamentos profícuos sobre a contínua predominância de fontes oficiais na produção de conteúdo, especificamente sobre terrorismo, mesmo com as oportunidades para a multiplicação de discursos possibilitada pela popularização das plataformas digitais. A relação entre a influência midiática e opinião pública na era da sociedade em rede ainda requer estudos e material acadêmico que visem avaliar a aplicabilidade das teorias tradicionais da comunicação – como agendamento, espiral do silêncio, newsmaking, gatekeeper –, neste novo contexto sociocultural e temporal.

REFERÊNCIAS

A FOLHA DE S.PAULO: **Caderno especial**. São Paulo, 14 nov. 2015.

BAHIA, A; RIGUEIRA, M. **Internet e reconfiguração da prática jornalística**: a editoria internacional nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e em seus respectivos portais. 2010. Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura, Belo Horizonte, 2010.

BAHIA, J. **Jornal, História e Técnica – As técnicas do jornalismo**. Ed. Ática. São Paulo/SP. 1990.

BOURDIEU, P. **O mercado de bens simbólicos**. In A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987. P.99-181.

CARA, Mariane. **A mídia como experiência colateral na interpretação e reconhecimento da Moda**. 2014. 10 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Semiótica, PUC-SP, São Paulo, 2016.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1981. Traducido do original: Theorie des Kommunikativen Handelns, Frankfurt. Tradução para o espanhol.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JONCEW, C. **A participação das fontes formais na qualificação da notícia**. 310 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

MACHADO, E. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. Disponível em 2002. Consultado em 01 de junho de 2014.

McCOMBS, M. **A Teoria da Agenda**. A Mídia e a Opinião Pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

NATALI, J. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2007.

PENA, F. **Teorias do Jornalismo**. Ed. Contexto. São Paulo. SP, 2005.

SANTAELLA, L. **Cultura das mídias**. 3. ed. São Paulo: Experimento, 1996.

SHEHATA, A; STRÖMBÄCK, J. **Not (yet) a new era of minimal effects: a study of agenda setting at the aggregate level and individual levels**. The International Journal of Press/Politics, v. 18(2), p. 234–255, 2013.

SHUDSON, M. **A Esfera Pública e os seus problemas: reintroduzir a questão do estado**. Revista de Comunicação e Linguagens, [S.l.], 1995. p. 149-166.

_____. **Was there ever a public sphere? If so, when? Reflections on the American case**. In: CALHOUN, Graig Habermas and the public sphere. Cambridge: MIT Press, 1992. p. 143-163.

TUCHMAN, G. **A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. Contando estórias**. In: TRAQUINA, Nelson e outros. Jornalismo, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1993.

WAINBERG, J. **Mídia e Terror: Comunicação e violência política**. São Paulo: Paulus, 2005.

WEBER, M. **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília Vol. 1 e 2. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.